



A Independência e a **LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

Domicio Proença Filho*

VÉSPERAS

Dia 21 de abril de 1821: Dom João VI retorna a Portugal. A esse tempo, o Brasil tem definido o traçado de sua geografia. O território, com a faixa litorânea mais povoada do que as terras do sertão, abriga cidades modestas, excetuadas o Rio de Janeiro, sede da Corte, e outras, centros de progresso vinculado à exportação do ouro, como São Luís, Salvador e Ouro Preto. Amplas áreas seguem habitadas pelas tribos indígenas. Escravos frequentam casas, ruas e fazendas. Na população, cerca de oitocentos mil de etnia indígena, 2,42 milhões de negros e mestiços milhões, 1,38 milhão de brancos.

No âmbito desse último segmento comunitário, constitui-se uma elite nostálgica da vida europeia. No cerne, na vida social e na língua oficial, a busca de uma adaptação à realidade brasileira dos padrões da corte lisboeta e a normas ditadas por Coimbra. A língua portuguesa usada no Brasil, oficializada, passa a ser utilizada também pelos quinze a dezesseis mil portugueses que se transferem para nova sede do Reino. Vêm também colonos e administradores de Angola e de Moçambique. Com a presença desse contingente luso, configura-se um processo de relutância do idioma. Os indígenas, por seu turno, gradativamente assimilam os hábitos dos portugueses e valem-se da língua por eles falada.

Entre os negros, evidencia-se o sincretismo dos traços culturais e de mistura de idiomas ver-

náculos, aqueles que se aprende desde criança, com a família. Em princípio, a língua materna.

Na comunicação comunitária, mesclam-se, então, o português, língua do colonizador, então sedimentado e oficializado, línguas de África, línguas indígenas e, já em menor escala, as chamadas línguas gerais, antes espalhadas pelo amplo território da Colônia e do Brasil do Reino Unido. Também minoritárias, as falas estrangeiras, de diferentes nacionalidades: espanhóis, italianos, russos, alemães, sírios, ingleses, franceses, suecos, suíços, na maioria comerciantes.

Começa a ganhar vulto, como assinala a percuciência de Celso Cunha, o distanciamento entre a língua falada e a língua escrita:

Esta a situação em que nos encontrávamos, às vésperas da Independência: as inflexíveis normas gramaticais obedecidas passivamente pelos letrados da Colônia tinham conseguido manter unificada a língua culta, mas pelo artificialismo de tal unificação, haviam aumentado, muito além do natural e do admissível, a distância entre as duas formas de linguagem, a transmitida e a adquirida, que praticamente deixaram de comunicar-se. Entramos, assim, no século XIX, com um vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. ⁽¹⁾



Importa destacar que, de 1808 a 1822, apenas vinte mil habitantes do Reino dominam a língua escrita. Esse fato não significa que, consolidado no Rio de Janeiro, o idioma luso, já matizado, não ganhe presença marcante em todo o território brasileiro.

Amplia-se a sedimentação e a hegemonia da língua portuguesa no país independente. Para tanto, contribuem: a interação comunitária; o sentimento de pertencimento a uma comunidade que se vale de um idioma comum; a ação sistematizada da escola; a imprensa, que ganha presença ainda maior; a literatura, espaço de alta relevância na construção da identidade cultural da nação nascente.

Repasso alguns aspectos dessas instâncias e de sua relação com o principal meio de comunicação de que nos valem, na realidade brasileira.

NA SEQUÊNCIA DO GRITO DO IPIRANGA

Declarada a independência, a Constituição Política de 1824 assegura, entre determinações outras, a garantia dos direitos individuais; oficializa o catolicismo como a religião do Império; admite, por omissão, o voto do analfabeto. Não o estende, entretanto, à população feminina, excluída por consenso social desse direito de escolha dos representantes do poder.

O uso obrigatório da língua portuguesa no Brasil, já legalmente determinado, inicialmente no Maranhão e no Pará, pelo Diretório de 3 de maio de 1757, na sequência, convertido em Alvará Régio de 1758, com extensão da obrigação a todo o espaço da então Colônia.

Em 1825, com a recuperação, pelo Uruguai, da Província Cisplatina e a declaração da independência da Banda Oriental, logo incorporadas às províncias do Rio da Prata, ganha novos contornos o território do Brasil. Com o Acordo de 1828, mediado pela Inglaterra é reconhecida a República Oriental do Uruguai. O convívio anterior e a condição fronteiriça devem ter deixado marcas suprasegmentais no português.

Ganha consistência o sentimento de nacionalidade. Não sem conflitos, que envolvem distintos segmentos comunitários. Ao fundo, o descontentamento diante de privilégios assegurados aos interesses portugueses pela Carta Magna.

Presentifica-se, entre os senhores da agricultura e os representantes do povo, em contrapartida, o crescimento de ideias liberais. Lembrem-nos os movimentos de ruptura e os

representantes dos segmentos sociais neles envolvidos: a rebelião vinculada ao Areópago de Itambé, nuclearizada no confronto com o texto constitucional, que culmina com a proclamação da Confederação do Equador, integrada por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará mobilizadora de contingentes brancos, entre eles estrangeiros, e de muitos negros e mulatos, naquele tempo maioria da população local; a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco, em 1823 e 1833, que mobilizou pequenos proprietários e trabalhadores rurais, índios e escravos; o Motim dos Mercenários, no Rio de Janeiro, em 1828, com a participação de soldados profissionais, alemães, irlandeses e húngaros.

Conflitos, vivência conjunta, sensação comum de pertencimento a uma nação, união pelos interesses comuns, interações.

No controle, o poder imperial, garantidor do equilíbrio e da estabilidade da pátria nascente.

Na comunicação, a língua portuguesa comum a todos, elo de união, de par com a mescla de idiomas.

É tempo de afirmação da identidade cultural. Com o idioma em destaque, como fator relevante. Com algumas vozes, ainda que minoritárias, a propugnar por uma total liberação dos modelos linguísticos da metrópole, como marca de nacionalidade.

Entre elas, de presença pública e política, José Clemente Pereira que propõe, em sessão do Parlamento, de 22 de junho de 1826, redação em linguagem brasileira (*sic*), por mais própria dos diplomas de médicos-cirurgiões do novo país. Sem êxito.

Outra, associada ao pronunciamento: a de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Para ele, se poderia ser brasileiro, independentemente da obediência rigorosa aos modelos lusos.

São sintomas significativos da tomada de consciência da nação independente de uma realidade para si. Ainda que na voz de poucos, em relação à população em geral. Importa lembrar, a propósito, que políticas do idioma são atribuições do poder público.

A comunicação em língua portuguesa caracteriza-se, então, pela mescla de registros idiomáticos, ou seja, de variantes socioculturais que opõe o “culto” e o “vulgar”, com a adjetivação traduzindo a reduplicação ideológica da época. E o “culto” é a língua normatizada por Lisboa e por Coimbra.

O jogo de forças da política, mesmo com controle dos movimentos de sublevação pelo poder imperial, não impede, só para destacar o fato, a



abdicação de 7 de abril de 1831. Vicissitudes da política.

Ao longo da **Regência**, emergem novas rebeliões pautadas na defesa de diferentes segmentos comunitários, padres e pequenos proprietários rurais, grupos de juizes, senhores rurais, burocratas, altos comerciantes. Letrados e não letrados.

No conflito, “absolutistas” querem o retorno de Pedro I; “exaltados” pugnam por liberdades individuais, autonomia das províncias.

É tempo da Cabanagem, que se estende de 1835 a 1840, na então Província do Grão-Pará, na atualidade Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, de que participam camadas populares: pobres, escravos, negros forros, mestiços e índios. Na mobilização, a oposição aos estrangeiros e aos maçons, a defesa de Pedro II, do catolicismo, do Pará e da liberdade. Chega a proclamar-se a República Independente do Pará.

No Maranhão, de 1833 a 1841, a Balaiada mobiliza a população de duzentos mil habitantes, entre eles noventa mil escravos. Ao longo do processo, muitos deles abandonam a luta e organizam-se em quilombos, agregações que ampliam espaços da mescla linguística e da presença de vernáculos africanos.

No Sul, é a hora da Revolução dos Farrapos, ou Guerra dos Farrroupilhas (1835-1845). No comando, fazendeiros da fronteira, bem-sucedidos. Na adesão, oficiais do Exército e maçons. No envolvimento o grupo de italianos refugiados no Brasil, à frente Giuseppe Garibaldi.

Na Bahia, a Revolta dos Malês mobiliza, de 1835 a 1837, centenas de negros muçulmanos, comandados por escravos nagôs. Pleiteiam o fim da escravidão, a instauração na Bahia de uma monarquia islâmica.

A língua portuguesa e línguas vernaculares presentificam-se em bocas africanas e afrodescendentes.

Na sequência da Revolta dos Malês, a Bahia é espaço de eclosão da Sabinada (1837-1838). Objetivos, ainda libertação de escravos, desde que nascidos no Brasil e tivessem aderido à luta. Na contraposição, os senhores de engenho, fiéis às forças governamentais. A rebelião é abortada. Como as demais.

Tais movimentos indiciam a politização e a complexa interação da comunidade, além da preocupação com a afirmação da identidade da nação independente. A língua comum converte-se num fator altamente significativo nessa direção.

No âmbito da administração educacional,

um documento revelador é o Ato Institucional datado de 1834. Nele ficam estabelecidas a descentralização do ensino e a atribuição às assembleias das províncias da legislação sobre o ensino elementar e médio. Apenas o ensino no Município Neutro, depois Distrito Federal, em todos os níveis é competência do Poder Central. As atribuições legalmente definidas traduzem o reconhecimento da relevância da educação, mas enfrentam os impasses exigidos pelas contingências da realidade.

Em síntese: no entrelaço de conflitos que pontuam o período da Regência e, em alguns casos, um pouco além, interação contingentes de etnia variada e, por consequência, de línguas vernáculos distintas. A língua portuguesa, entretanto, segue ganhando mais relevância, com marcas de “abrasileiramento”, sobretudo em falas africanas e indígenas. Entre elas, diferenças de harmonia vocálica e melodia frasal. Constitui um fator efetivo de unidade, ao converter-se em língua de uso generalizado.

Paralelamente à sua condição de meio de comunicação, contribui, fundamentalmente, para a efetiva construção da identidade nacional: na formulação, no discurso, de uma história singular; na interpretação dos conflitos, das lutas, dos ajustes; na leitura do seu presente; na construção do imaginário, na sensação de pertencimento a uma comunidade que fala a mesma língua.

No **Primeiro Reinado**, vale destacar, por altamente significativos, alguns fatos em relação aos rumos da comunicação comunitária.

No âmbito das escolas, agências culturais por excelência, em especial nos cuidados com os rumos do idioma, destacam-se apenas críticas à situação educacional e, no espaço da política governamental vigente, projetos bem-intencionados de mudança. Um dentre estes últimos, estabelece, entre outros dispositivos, a plena liberdade de ensino; determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, nas vilas, nos lugarejos; de escolas para meninas, nos sítios mais populares; garante a todos os cidadãos instrução primária gratuita.

A lei não vai além do texto publicado. Com uma virtude, mas nem tanto: na prática da docência, inau-

Após a declaração da Independência, José Clemente Pereira era um dos políticos que defendiam uma total liberação dos modelos linguísticos da metrópole, como marca de nacionalidade.



gura a monitoria dos alunos mais capacitados. Sem resultados positivos.

É tempo também da promulgação da lei de 15 de outubro de 1827. É a primeira e única lei vinculada ao ensino primário que abrange a totalidade da nação. Com um dado significativo: inscreve no sistema legal do Brasil a expressão “língua nacional”. Está no art. 6º do documento legal:

Art.6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações da aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo as leituras da Constituição do Império e a História do Brasil.⁽²⁾

A escola assegura a prevalência do registro culto, com base nas normas de Portugal.

Segue importante, nesse sentido, a ação da imprensa. Ela amplifica ainda mais seus espaços, há muito significativos. Multiplicam-se periódicos, ainda que com vida no mais das vezes curta. A nação encontra-se em fase de plena afirmação política e cultural.

Tais publicações assumem posicionamentos de caráter oficial ou oficioso nas províncias onde se desenvolvem. Com fidelidade ao ritmo dos ventos da atividade política e dos interesses de grupos, na corte e em regiões conflituadas. Carregam-se de representação local. Crescem em ritmo acelerado. Sua atuação, no âmbito da formação de opinião encontra obstáculo no alto índice de analfabetismo vigente. Mas contribuem em grande parte para a sedimentação da língua portuguesa e do registro privilegiado. Não nos esqueça de que são veículos de comunicação do segmento dominante na sociedade de então.

São também publicados jornais vinculados às comunidades francesa e inglesa existentes no Império, como o *Courrier du Brésil*, o *Rio Herald*, o *The Rio Packet*. E surgem revistas, que podem ser consideradas especializadas. É o caso do *Auxiliador da Indústria Nacional*, publicado a partir de 1833.

Jornais e revistas, sobre serem testemunhos da vida comunitária, contribuem fortemente para a sedimentação da língua portuguesa como hegemônica, na sua condição de idioma oficial e generalizado. Possibilitam ao portu-

guês culto e escrito a ocupação de espaços significativos. Há leitores, em pequeno contingente, mas existem. A relação entre alfabetização, conhecimento e aptidão contribui também para a prevalência do uso culto, exigido para determinadas situações de fala. A coerção social associa-se ao imperativo da legislação.

No **Segundo Reinado**, a nação independente mantém o traçado geográfico da centúria anterior, com lugares ainda desconhecidos e tribos virgens do contato branco. O que significa a presença de línguas vernáculas indígenas.

Ainda se configura, de início, alguma turbulência. As datas das sublevações assinaladas a evidenciam. Acrescentem-se as chamadas “guerras do sul” (1851), contra Oribe, Rosas e Aguirre e algumas intervenções internas, facilmente identificáveis nos livros que contam a história do País.

A propósito, no consenso dos historiadores, é tempo de polarização de tendências ideológicas e políticas entre liberalismo e conservadorismo. De sedimentação da consciência de identidade nacional. O Brasil se sabe Brasil.

À época, registram os livros especializados, a economia segue centrada na agricultura, em que pese a queda da exportação do açúcar e do algodão. Ascende vigorosa da cultura cafeeira, que, gradual, se desenvolve no vale do Parnaíba, terras do Rio de Janeiro, se desloca para Minas Gerais e, com forte presença, para São Paulo. Surge a rica e poderosa classe dos fazendeiros do sul. Desenvolve-se o comércio exterior. Ganha força a indústria nascitura, com estaleiros, fábricas, estradas de ferro, portos, companhias de navegação. Movimenta-se a migração interna.

A estrutura social inclui, em paralelo, quilombolas, barqueiros, boiadeiros, marinheiros de embarcações fluviais, lavradores trabalhadores ocasionais, trabalhadores livres. Com suas falas matizadas.

Números estimados contabilizam, entre 1850 e 1888, de cem a duzentos mil escravos migrantes no território das zonas açucareiras nordestinas na direção centro-sul. Falantes de um por-



tuguês ainda mais matizado.

A extinção do tráfico de escravos não impede o fluxo, agora pela via ilegal do contrabando. Dilui-se o cuidado dos mercadores com evitar o aporte de escravos unilíngues nos centros mais populosos. Em consequência, presentifica-se, desde a primeira metade do século, a intercomunicação entre falantes africanos da mesma língua. Na decorrência, a provável utilização, em alguns quilombos, de falares negros unificados, notadamente no Rio de Janeiro e na Bahia. A mescla continua e amplia o abrasileiramento da língua portuguesa.

Pouco a pouco, configura-se ampla e ativa a participação de contingentes populacionais na vida social, política e intelectual. Ainda longe, entretanto, de índices representativos de alfabetizados.

A população, dispersa, que totaliza 14.333.000 habitantes em 1890, é, na maioria, composta de analfabetos, usuários, em consequência, em termos de língua portuguesa, do português “vulgar”, sem domínio do registro “culto”.

Localizado, persiste o emprego da Língua Geral Amazônica. Disperso, no convívio familiar e comunitário, o emprego de idiomas congêneres. Em menor escala. Os demais segmentos populacionais seguem valendo-se do português e dos respectivos vernáculos.

A sociedade é, à época, fundamentalmente agrária, latifundiária e escravocrata. A classe média ascende, social e politicamente. Ainda que quase sem consciência dessa circunstância. Seu modelo de comportamento é a classe dominante que, ciosa e experiente, garante sua presença no comando do poder público e na orientação oficial do uso do idioma. E privilegia o registro “culto”.

Acelera-se, nas principais cidades, o processo de urbanização. Áreas rurais transmudam-se em suburbanas. Criam-se instituições financeiras, sociedades anônimas, companhias de seguro, variados estabelecimentos comerciais. Dinamiza-se a migração interna, mobilizadora de distintos segmentos comunitários. Multiplicam-se espaços de vida social e lazer. Surgem livrarias, associações vinculadas a manifestações artísticas, cafés, confeitarias, teatros, locais destinados a passeios públicos. A nação moderniza-se.

Acentua-se, na dinâmica do processo social, a estruturação multifacetada da comunidade. Ampliam-se os espaços da intercomunicação pessoal e da convivência das múltiplas variantes regionais e socioculturais do idioma.

Começa, certamente, a evidenciar-se a valori-

A Fundação da Pátria Brasileira, pintura de Eduardo de Sá



zação da variante de prestígio. Em paralelo, esse registro abre-se a formas de registro informal e de línguas estrangeiras.

Desnecessário destacar os impactos nos rumos do idioma da vaga abolicionista e da abolição. Da valorização da ciência. Das repercussões do pensamento europeu e sua adaptação à realidade brasileira. Com sua repercussão nos rumos na visão de mundo e da literatura, arte da palavra.

Gradativamente, a imprensa, presentificada por toda a parte do Império, informa e forma, na letra do texto. Reforça a configuração comunitária o agora mais amplo contingente letrado, que sintetiza no discurso muitas das linhas mestras do complexo mitológico brasileiro. Na imprensa e, especificamente, nos textos de literatura.

Destacam-se textos literários centrados em aspectos psicológicos e culturais da gente do Brasil. Repercutem no processo literário brasileiro as tendências europeias do momento histórico. Sem ameaças à singularidade. Sem perda da dimensão universal e das marcas próprias. A obra de Machado de Assis o exemplifica superlativamente. Não sem motivo mantém-se permanente atual ao longo do tempo.

A partir dos começos da segunda década do século 19, ganha o interesse dos estudiosos a preocupação com a questão da língua portuguesa do Brasil. Evidencia-se a preocupação com a caracterização da norma brasileira. Lentamente. E José de Alencar vaticina:

Em especial vai-se libertando a língua portuguesa do Brasil das normas clássicas dos escritores portugueses. As línguas progridem e se transformam – se a língua portuguesa não pode progredir, há de transformar-se para formar a língua brasileira. Negá-lo é negar o futuro do Brasil. [...] o dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português: cada vez essa distinção deve ser mais profunda. (3)

Na comunicação comunitária, oral ou escrita, no discurso do cotidiano e em outras instâncias do uso do idioma, o português assume a plena prevalência. Já marcado por diferenças em relação ao português e ao português africano, atestada no texto de escritores e na caricatura. Dividida ao longo do território imperial em distintas variantes regionais e socioculturais.

Cede ainda algum espaço à Língua Geral Amazônica, a algumas línguas indígenas e a dialetos crioulos ou a dialetos da África, localizados, sem grande volume. Nos engenhos, o português matizado dos negros sobrepõe-se, gradativamente, às falas indígenas.

A imprensa segue contribuindo para a consolidação do registro culto do idioma dominante. A escola converte-se em guardião da modalidade. Assume o seu ensino sistemático. Ganha presença, no uso do idioma, a dicotomia “certo” e “errado”. A arte literária abre-se levemente ao aproveitamento do registro “vulgar” ainda que privilegie o “culto”.

Ao longo do Império, os segmentos letrados da nação mantêm contato com as ideias dominantes no mundo europeu de então. Conscientiza-se da importância do conhecimento, como estratégia ascensional. A assunção cultural assume novos matizes, com marcas de singularidade. Conhecimento e língua estão estreitamente vinculados.

A manifestação escrita começa a ocupar maior espaço, a cada passo ampliado. Sobre tudo na imprensa e na literatura. A língua escrita permanece, nesse âmbito, fiel à tradição portuguesa, sem grande permeabilidade diante da língua falada e viva, que se multiplica nas suas variantes regionais e socioculturais, por força dos múltiplos e vários intercâmbios, no contato cotidiano. Diminui, ainda longe do ideal, o vácuo assinalado por Celso Cunha.

Cumprir não perder de vista uma realidade, historicamente comprovada: quem faz a língua é o povo. E a língua acompanha a dinâmica do processo sociocultural em que se insere. A pa-

"CUMPRE NÃO PERDER DE VISTA UMA REALIDADE, HISTORICAMENTE COMPROVADA: QUEM FAZ A LÍNGUA É O POVO."

lavra, no discurso, o evidencia. Pelo menos até que a imprevisibilidade do futuro abrigue outras configurações.

CONCLUSÃO

Com a Independência, sedimenta-se no Brasil a consolidação e a hegemonia da língua portuguesa, já matizada por línguas indígenas, africanas e, em menor escala, por línguas de imigrantes. Assim situada, predomina na comunicação em todo o território nacional, na diversificação de suas variantes socioculturais e regionais.

Na segunda metade do século 19, ganha vulto a preocupação de escritores e de estudiosos com uma norma culta brasileira. Uma norma paritária, em relação ao português europeu e ao português africano, uma variante geográfica da mesma língua que une a comunidade lusófona: o português brasileiro ou a língua portuguesa do Brasil. ■

O presente texto sintetiza matéria tratada e documentada pelo autor em seu livro "Muitas línguas, uma língua – A trajetória do português brasileiro", que traz ampla bibliografia fundamentadora e textos ilustrativos dos usos do idioma ao longo do tempo. Cf. Muitas línguas, uma língua – A trajetória do português brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017. p.258-373.

NOTAS

(1) CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p.21.

(2) < planalto.gov.br/ccivil.03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>

(3) ALENCAR, J. de . *A língua portuguesa do Brasil -Plano-* In: _____ *Obra completa*. v. 4. Rio de Janeiro: José Aguilar.1968. p. 8 e 11.

* Membro da Academia Brasileira de Letras